

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 27 - JULHO 2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Análise da Conjuntura traz, na edição de julho, um amplo panorama dos acontecimentos nacionais e internacionais que evidenciam a turbulência política que o país e o mundo atravessam e o reposicionamento das forças progressistas no Brasil em torno da luta pela liberdade de Lula.

A seção **Golpe contra o Estado** faz uma avaliação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Temer, responsável por um dos maiores desmontes da estrutura e das empresas estatais de que se tem notícia na trajetória do país. O programa se propõe a transferir para a iniciativa privada nada menos do que 175 ativos públicos em dez setores estratégicos, totalizando 287,5 bilhões de reais.

Na parte **Internacional**, o boletim informa sobre o processo constituinte que está em curso em Cuba no marco da atualização do modelo socialista. Mostra as raízes e desenvolvimento da crise que atravessa a Nicarágua, que encontra-se em pleno desenvolvimento. Analisa o recente encontro entre os presidentes Trump e Putin, dos Estados Unidos e Rússia, respectivamente, e seus desdobramentos que abalaram o governo norte-americano. Finalmente, traz ampla informação sobre a decisão do Parlamento de Israel de institucionalizar o apartheid antipalestino no país.

A seção de **Política e Opinião Pública** deste mês levanta as dez principais propostas aprovadas pela Câmara no primeiro semestre de 2018. Trata ainda da manutenção da liderança de Lula nas últimas pesquisas de intenção de voto, mesmo passados cem dias de sua injusta prisão. Relata os esforços da Operação Lava Jato para mantê-lo como preso político, com novas negativas de habeas corpus no último período que evidenciam a perseguição para barrar sua candidatura, bem como o impacto dessas ações na queda de popularidade de Moro. As convenções partidárias demonstram os arranjos na composição das chapas, com o objetivo de enfrentar a candidatura de Lula, que será registrada até 15 de agosto.

Na seção **Social** a análise dos últimos dados do mercado de trabalho mostra o fracasso da política econômica de Temer e da Reforma Trabalhista e resgata a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) à luz de seus trinta anos de existência, celebrados este ano.

Entre os temas de **Economia**, se sublinha que o primeiro semestre de 2018 terminou com a atividade econômica bem menos aquecida do que se propagava no início do ano. À medida em que os indicadores de conjuntura foram divulgados, diminuíram as apostas quanto à intensidade da retomada do crescimento econômico e, mês após mês, ficou evidente o fracasso da atual política econômica, que apostou todas as fichas no ajuste fiscal, na Reforma Trabalhista e no esvaziamento do setor estatal como instrumentos de estímulo ao setor privado.

Na seção **Territorial**, em meio aos retrocessos institucionais, orçamentários e legislativos ocorridos no período pós-golpe para atender aos interesses econômicos do agronegócio, os princípios da agroecologia estimulados pelos governos Lula e Dilma buscam resistir por meio da pressão e luta dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, visando à produção de alimentos saudáveis para população e ao meio ambiente sustentável.

Em **Comunicação**, a polêmica judicial ocorrida em 8 de julho em torno da concessão de habeas corpus ao ex-presidente Lula, que lhe possibilitaria sair da prisão, é tema da análise da seção, na imprensa internacional, na mídia tradicional brasileira e nas redes sociais.

Na análise de **Movimentos Sociais**, o boletim discute a relação entre as mobilizações pela liberdade de Lula e seu direito de ser candidato a presidente com as lutas sociais em curso. Essa campanha é central e as mobilizações programadas dão o tom do que se deve esperar da conjuntura brasileira para o próximo período. É o caso do “Dia do Basta”, convocado pelas centrais sindicais para o próximo 10 de agosto.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Em menos de dois anos, o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Temer foi responsável por um dos maiores desmontes da estrutura do Estado e das empresas estatais de que se tem notícias na trajetória do país. O programa¹ se propõe a transferir para a iniciativa privada nada menos do que 175 ativos públicos em dez setores estratégicos, totalizando 287,5 bilhões de reais.

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Temer

Processos descoordenados e atabalhoados têm feito com que o PPI não consiga atingir suas metas e sofra críticas tanto de aliados do governo, insatisfeitos com a ineficiência e a morosidade nas vendas, quanto de opositores, que apontam como a privatização e a desnacionalização do patrimônio público colocam o Estado e a economia em situação ainda mais vulnerável.

Com base no balanço² apresentado pela Secretaria Especial do PPI, ligada à presidência da República, vejamos a atual situação do programa. O PPI envolve diversos modelos contratuais e regulatórios, tais como parcerias público-privadas (PPP), arrendamentos, cessões, concessões, desestatizações e privatizações. Tais modalidades são divididas em projetos concluídos, em andamento e em prorrogação, abrangendo os seguintes setores: rodoviário,

ferroviário, aeroportuário, portuário, distribuição de energia, transmissão de energia, geração hidrelétrica, óleo e gás, minérios e venda de outras empresas estatais e participações públicas.

Desde que foi criado, em setembro de 2016, até julho de 2018, o PPI conseguiu propor e/ou iniciar efetivamente a negociação de 91 bens do patrimônio e dos ativos públicos, 52% do proposto em número de projetos, mobilizando cerca de 144,3 bilhões de reais, 50% do esperado em investimentos. Nenhum dos dez setores estratégicos elencados como prioritários, entretanto, passou incólume aos assédios privatistas. Aliás, a combinação de muitos setores envolvidos e poucos projetos concluídos é sintoma do descompasso entre a voracidade política e a ineficiência de gestão que acompanham o programa.

1. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/publicacoes-institucionais>

2. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/Em%20andamento/u//e//m//r>

Programa de Parcerias de Investimentos - Projetos em prorrogação e modelo contratual		
Sector	Projeto	Modelo
Ferrovia	EFIC - Estrada de Ferro Carajás	Prorrogação
	EFVM - Estrada de Ferro Vitória e Minas Gerais	Prorrogação
	FCA - Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	Prorrogação
	MRS Logística S.A.	Prorrogação
	Rumo Malha Paulista S.A.	Prorrogação
Portos	Terminal de Contêineres de Vila do Conde S.A. (Comicon)	Prorrogação
	Terminal de Fertilizantes no Porto de Itaquí (MA COPI)	Prorrogação
	Terminal Portuário da IHCAI	Autorização para novos investimentos
	Terminal XXXIX de Santos S.A. (Caramuru)	Prorrogação
Geração Hidrelétrica	Pequena Central Hidrelétrica (Agro Tráfego)	Concessão comum

Fonte: PPI. Disponível em <<http://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/prorroga%C3%A7%C3%A3o/u//e//m//r/>> Acessado em 25 de julho de 2018. Elaboração própria.

Programa de Parcerias de Investimentos - Projetos concluídos: modelo, valores e países				
Sector	Projeto	Modelo	Monte Total em R\$ (Previdenciado no Contrato)	País
Aeroportos	Aeroporto de Presidente Juscelino	Concessão comum	R\$ 200.000.000,00	Brasil
	Aeroporto de Fortaleza	Concessão comum	R\$ 1.500.000.000,00	Alemanha
	Aeroporto de Porto Alegre	Concessão comum	R\$ 100.000.000,00	Alemanha
	Aeroporto de Salvador	Concessão comum	R\$ 1.200.000.000,00	Frância
Portos	Núcleos Aeroportuários Paulista S.A.	Prorrogação	"	"
	Núcleos Aeroportuários Paulista S.A.	Prorrogação	"	"
	Terminal de Combustíveis de Santos (NTMSP)	Arrendamento	R\$ 50.000.211,00	Brasil
	Terminal de Combustíveis do Porto de Santos (NTMSP)	Arrendamento	R\$ 18.200.000,00	Brasil
	Terminal de Combustíveis de Salvador (TECOS)	Prorrogação	"	"
	Terminal de Fertilizantes no Porto de Paranaguá (TOMCAR)	Prorrogação	"	"
	Terminal de Óleo do Porto de São de Janeiro (SOMNO)	Arrendamento	R\$ 1.180.000,00	USA
	Terminal Portuário de Santa Catarina (TISC)	Prorrogação	"	"
	Terminal Químico no Porto de Itaquí (TEQUIMAR)	Prorrogação	"	"
Geração Hidrelétrica	Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	Concessão comum	"	"
	Usina Hidrelétrica (UHE)	Concessão comum	R\$ 1.170.000.000,00	Brasil
	Usina Hidrelétrica (UHE)	Concessão comum	R\$ 2.200.000.000,00	China
Distribuição de Energia	Companhia de Distribuição de Estado de Goiás (CDEG)	Prorrogação	R\$ 2.187.000.000,00	USA
Transmissão de Energia	20 Linhas de Transmissão em 10 estados	Concessão comum	R\$ 11.000.000.000,00	Índia
	10 Linhas de Instalações de Transmissão de Energia em 10 estados	Concessão comum	R\$ 4.200.000.000,00	Brasil
	20 Linhas de Instalações de Transmissão de Energia em 20 estados	Concessão comum	R\$ 11.200.000.000,00	Índia
Óleo e Gás	1 Rodada - Blocos Exploratórios	Concessão comum	R\$ 2.400.000.000,00	USA, Inglaterra e China
	2 Rodada - Blocos Exploratórios	Concessão de direito exploratório	R\$ 1.000.000.000,00	USA e Inglaterra
	3 Rodada - Pré-Sal	Regime de Partilha	R\$ 1.500.000.000,00	USA e China
	3 Rodada - Pré-Sal	Regime de Partilha	R\$ 1.400.000.000,00	USA e Noruega
4 Rodada - Pré-Sal	Regime de Partilha	R\$ 1.150.000.000,00	USA	

(*) Os relatórios do PPI não disponibilizam dados sobre os contratos em modalidade de prorrogação.

Fonte: PPI. Disponível em <<http://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/prorroga%C3%A7%C3%A3o/u//e//m//r/>> Acessado em 25 de julho de 2018. Elaboração própria.

Os projetos concluídos compõem apenas 14% do proposto até aqui, sendo quase a metade deles a execução de concessões nos setores de aeroportos e portos, muitas delas já previstas ou iniciadas ainda no governo Dilma.

O processo de desestatização recente, como mostra a tabela acima, está fundamentalmente concentrado no setor de petróleo e energia e se configura não apenas como um processo de privatização, mas de desnacionalização, com destaque para a intensificação

da entrada de players globais como Estados Unidos, China, Inglaterra, Alemanha, Noruega e Índia.

Algo análogo se passa com os projetos em prorrogação. Tratam-se fundamentalmente de concessões ordinárias de ferrovias e portos e, no primeiro caso, o atraso se deve à morosidade do governo em levar adiante suas próprias propostas. Já no segundo caso os obstáculos passam pelos cuidados provocados pelo escândalo dos portos envolvendo a figura de Michel Temer.

Programa de Parcerias de Investimentos - Projetos em prorrogação e modelo contratual		
Sector	Projeto	Modelo
Ferrovia	EFIC - Estrada de Ferro Carajás	Prorrogação
	EFVM - Estrada de Ferro Vitória e Minas Gerais	Prorrogação
	FCA - Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	Prorrogação
	MRS Logística S.A.	Prorrogação
	Rumo Malha Paulista S.A.	Prorrogação
Portos	Terminal de Contêineres de Vila do Conde S.A. (Comicon)	Prorrogação
	Terminal de Fertilizantes no Porto de Itaquí (MA COPI)	Prorrogação
	Terminal Portuário da IHCAI	Autorização para novos investimentos
	Terminal XXXIX de Santos S.A. (Caramuru)	Prorrogação
Geração Hidrelétrica	Pequena Central Hidrelétrica (Agro Tráfego)	Concessão comum

Fonte: PPI. Disponível em <<http://www.ppi.gov.br/projetos1#/s/prorroga%C3%A7%C3%A3o/u//e//m//r/>> Acessado em 25 de julho de 2018. Elaboração própria.

Os projetos em andamento, onde se concentra o núcleo duro do PPI, estão sendo objeto de transferência do público para o privado: cinco empresas públicas por desestatização; treze aeroportos, nove rodovias e cinco ferrovias por concessão; dezesseis atividades portuárias por arrendamento; cinco distribuidoras de energia por privatização; além da

realização de cinco rodadas de cessões de direito exploratório sobre minérios e duas rodadas de leilões de áreas do pré-sal e a sinalização de privatização do Sistema Eletrobras e outras empresas como Casa da Moeda, Loteria Instantânea Lotex e a Gestão de Rede de Comunicações do Comando da Aeronáutica (Comaer). Vejamos o quadro.

Programa de Parcerias de Investimentos - Projetos em andamento e modelo contratual		
Setor	Projeto	Modelo
Ferrovia	Concessão da EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste	Concessão comum
	Concessão do Tramo Norte do Ferrovial da São Paulo	Concessão comum
	Ferrovia BR-151 SP, MATO DO SUL (Ferrovia Norte-Sul)	Subconcessão
	Ferrovia EF-179 MT-PA (Ferrogrão)	Concessão comum
	Ferrovia EF-334 BA (Ferrovia de Integração Oeste-Leste)	Subconcessão
Rodovia	Rodovia BR-135/202/070/SC e SC-412	Concessão comum
	Rodovia BR-153/GO-TO - Alameda do Tocantins a Anápolis	Concessão comum
	Rodovia BR-364 RO-MT - Porto Velho a Cosmópolis	Concessão comum
	Rodovia BR-640 MG-RJ - Juiz de Fora a Rio de Janeiro	Concessão comum
	Rodovia BR-101 SC - Paulo Lopes a São João do Sul	Concessão comum
	Rodovia BR-116 RJ - Alim Paraíba a BR-640	Concessão comum
	Rodovia BR-116 RJ-SP - Rio de Janeiro a São Paulo (Dutra)	Concessão comum
	Rodovia BR-364/365 MG-GO - Uberlândia a Jataí	Concessão comum
	Rodovia de Integração do Sul (BR-101/290/386/448 RS)	Concessão comum
	Aeroportos	Aeroporto Turístico de Aguiar Salles, Vitória - ES
Aeroporto de Macaé - RJ		Concessão comum
Aeroporto Gilberto Freyre, Recife - PE		Concessão comum
Aeroporto Orlando Bezerra de Menezes, Juazeiro do Norte - CE		Concessão comum
Aeroporto Presidente Castro Pinto, João Pessoa - PB		Concessão comum
Aeroporto Presidente João Saia, Campina Grande - PB		Concessão comum
Aeroporto Santa Maria, Aracaju - SE		Concessão comum
Aeroporto Zumbi dos Palmares, Maceió - AL		Concessão comum
Aeroporto Internacional Marshal Rondon, Vitória Grande - MT		Concessão comum
Aeroporto de Rondonópolis, Rondonópolis - MT		Concessão comum
Aeroporto Presidente João Batista Figueiredo, Sinop - MT		Concessão comum
Aeroporto Pádua-Oswaldo Marques Dias, Alta Floresta - MT		Concessão comum
Aeroporto de Barra das Garças, Barra das Garças - MT		Concessão comum
Portos		Grandes Líquidos no Porto de Cabedelo
	Grandes Líquidos no Porto de Santos (SIS 13)	Arrendamento
	Grandes Líquidos no Porto de Santos (SIS 13A)	Arrendamento
	Contentores no Porto de Saque - PE	Arrendamento
	Veículos no Porto de Saque - PE	Arrendamento
	Terminais de GLP no Porto de Miramar - PA (B11.05)	Cessão Onerosa
	Terminais de GLP no Porto de Miramar - PA (B11.06)	Cessão Onerosa
	Terminais Portuários de Grandes Líquidos no Porto de Itaipava - PA	Arrendamento
	Terminais Portuários de Grãos no Porto de Paratyguá - PR	Arrendamento
	Terminal Agrícola no Porto de Saque - PE	Autorização para novos investimentos
Distribuição de energia	CEAL	Privatização
	CEPSA	Privatização
	CEBRON	Privatização
	Eletrosul	Privatização
	Amazônia	Privatização
	Boa Vista	Privatização
Transmissão de energia	Leilão 4/2018 - Concessão de instalação de transmissão	Concessão comum
Mineração	Direito mineral do Estado de Minas (7 processos)	Concessão de direito exploratório
	Direito mineral do Cuiabá, Chumbo e Zinco de Palmeirópolis (5 processos)	Concessão de direito exploratório
	Direito mineral do Carvão de Candeia (14 processos)	Concessão de direito exploratório
	Direito mineral do Cuiabá de Bom Jardim de Goiás (1 área)	Concessão de direito exploratório
Óleo e gás	1 Rodada - Pré-Sal	Regime de Partilha
	Acumulação Marginal (oferta permanente)	Concessão comum
Outros	Casa da Moeda	Desestatização
	CASIMBI	Privatização
	CEASAMINAS	Desestatização
	Eletrobras	Privatização
	Loteria Instantânea LOTEX	Concessão comum
	Gestão de rede de comunicações do Comando da Aeronáutica (COMAER)	Parceria Público-Privada
Venda de participações acionárias da Infraero	Desestatização	

A justificativa oficial do governo para o desmonte das estruturas estatais é a de que a crise fiscal e a corrupção criaram um cenário que impôs como necessidade o encolhimento do Estado. Tais justificativas são contestáveis por si mesmas na medida em que desfazer um arranjo institucional de desenvolvimento é uma orientação que caminha na contramão das possibilidades de recuperação econômica do país.

No caso do governo Temer há ainda evidentes agravantes: o desmonte do Estado não veio acompanhado de melhora na situação fiscal, tampouco

de melhora no enfrentamento contra a corrupção. Ao contrário, os indicadores e escândalos dão notícia da piora nesses dois quesitos. Além disso, o descompasso entre as diretrizes políticas norteadas pela celeridade do desmonte e a operacionalização técnica marcada pela morosidade na transferência de bens públicos, acrescidas dos problemas oriundos da desnacionalização de recursos naturais estratégicos, ferem de maneira muito intensa o poder de atuação do Estado e diminuem sobremaneira os instrumentos necessários para a retomada do nosso desempenho econômico no futuro.

INTERNACIONAL



Esta seção analisa a aprovação de uma proposta de nova Constituição para Cuba pela Assembleia Nacional e a grave crise política que vive a Nicarágua, iniciada a partir de manifestações em Manágua de estudantes e ambientalistas. Também aborda o tortuoso relacionamento entre os Estados Unidos e a Rússia, além da aprovação de uma lei em Israel que caracteriza o país como “Estado judeu” e que rebaixa o árabe de língua oficial para “especial”, o que na prática formaliza o Apartheid.

Povo cubano discute nova Constituição para o país

Após o debate realizado pelos seiscentos deputados da Assembleia Nacional que terminou no dia 23 de julho, foi aprovada uma proposta de nova Constituição para Cuba em substituição à magna carta atual, que data de 1976. Entre 13 de agosto e 15 de novembro, essa proposta será submetida a debate e referendo popular.

Foram aprovadas algumas modificações significativas no conteúdo da Constituição vigente, sob argumento das transformações estruturais e conjunturais que ocorreram em Cuba desde a década de 1970. As modificações de maior destaque se relacionam, principalmente, às transformações ocorridas no país a partir de 2008, quando Fidel Castro deixou a presidência dos conselhos de Estado e de Ministros e foi substituído nestes cargos por Raúl Castro, que introduziu uma série de reformas na política econômica de Cuba.

As empresas estatais deixarão de ser os únicos empreendimentos permitidos pela Constituição. A

partir da proposta aprovada pela Assembleia, agora será admitido que existe um mercado no qual a propriedade privada pode atuar e esta pode conviver com cooperativas e empresas mistas. O investimento externo direto será aceito como parte da economia do país. Atualmente, já há em torno de 591 mil trabalhadores no setor privado em Cuba, que representam em torno de 13% de sua força laboral, a maioria em pequenas e microempresas, principalmente no setor de turismo.

O Partido Comunista de Cuba continuará como o único no país e força dirigente superior do Estado. No entanto, as referências na Constituição à “sociedade comunista” serão eliminadas, permanecendo a construção do socialismo como política de Estado.

Retorna à Constituição a figura do presidente da República, que existiu anteriormente, em substituição ao presidente dos conselhos de Estado e de Ministros, com mandato de cinco anos e a possibilidade de uma reeleição que ocorrerá entre os deputados da Assembleia Nacional. A idade mínima

exigida será de 35 anos e a máxima de 60 quando da primeira candidatura. Também retorna a figura do primeiro-ministro, que existiu entre 1959 e 1976, não para dividir o poder, mas sim para distribuir as funções.

Por fim, a Constituição reconhecerá o casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo, pois o texto define esta instituição como matrimônio entre duas pessoas e ponto.

A crise nicaraguense

A grave crise política que vive a Nicarágua iniciou-se no dia 12 de abril, a partir de manifestações em Manágua de estudantes e ambientalistas em protesto contra as dificuldades governamentais de combater um incêndio na Reserva Biológica Ambiental de Índio Maiz, região ao sul do país. A “autoconvocação” por redes sociais foi a principal forma de organização destes atos. De acordo com o governo, este movimento despertou uma insatisfação popular da qual não tinha conhecimento e que aumentou no período posterior, algo semelhante ao que ocorreu no Brasil em 2013, quando o mal-estar da população com as políticas públicas acabou disparando uma série de manifestações que terminaram sendo capitaneadas pela direita que lhes deu agenda.

Em 18 de abril, os protestos em oposição ao projeto de lei proposto pelo governo de Reforma do Sistema de Seguridade Social, cujo instituto (INSS) apresentou déficit entre receita e despesa desde 2013, iniciaram-se na cidade de Leon. Este projeto visava cumprir uma reforma demandada pelo FMI e pelo setor privado, dividindo seu impacto econômico entre as partes interessadas, trabalhadores contribuintes, aposentados e empresas. No entanto, foi apresentado pelo governo por meio de decreto e sem maiores discussões, o que gerou o motivo para as manifestações.

Estas foram organizadas em primeiro lugar por estudantes das universidades privadas às quais depois se agregaram outros setores da oposição nicaraguense. Esta não é forte eleitoralmente, mas existe, e alguns setores dela, inclusive, participam do governo. Nos dias que se seguiram, houve novas manifestações, tanto da oposição, quanto de movimentos em apoio

ao governo, em diversas cidades. Os enfrentamentos deixaram feridos, principalmente nas universidades em Manágua, onde os manifestantes enfrentaram a polícia com morteiros caseiros e coquetéis *molotovs* e esta, por sua vez, reagiu.

Espalharam-se as ocupações das universidades privadas por estudantes opositores ao governo, montaram barricadas nos bairros e houve trancamentos de estradas e entradas de cidades no interior do país. A oposição também começou a incendiar prédios públicos e o exército organizou operações de liberação das estradas tomadas pelos opositores. Em 22 de abril, o governo anunciou a retirada do projeto de lei de Reforma da Seguridade Social e propôs uma mesa de diálogo pela paz, convocando a Igreja Católica, por meio da Conferência Episcopal Nicaraguense (CEN), para servir como mediadora e testemunha das negociações. Além disso, instalou-se também uma Comissão Nacional de Verdade, Justiça e Paz. No começo de maio a Organização dos Estados Americanos (OEA), enviou uma missão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que, após a visita, subsidiou uma série de recomendações apresentadas pela OEA, que foram acatadas pelo governo.

A mesa de Diálogo Nacional tem tido funcionamento irregular devido à continuidade das manifestações violentas, com feridos e mortos, muitas vezes interrompida ou suspensa como forma de pressão sobre o governo. Além disso, os grupos de oposição presentes à Mesa exigem a renúncia do presidente Daniel Ortega e da vice-presidenta Rosario Murillo como condição para o estabelecimento das negociações ou então a antecipação das eleições previstas para 2021. Vale ressaltar que as últimas eleições presidenciais ocorreram em novembro de 2016, tendo sido eleito Daniel Ortega com cerca de 72% dos votos.

Obviamente, o direito de oposição política à qualquer governo é legítimo, assim como a liberdade de expressão da cidadania e processos políticos pacíficos. No entanto, lamentavelmente houve mortes, feridos e violações de direitos humanos. Estima-se o número de mortes em torno de 300, dos quais, segundo a oposição, o governo seria responsável por pouco mais da metade. Neste caso caberia a pergunta sobre a responsabilidade da outra parte

dos mortos, entre eles 22 policiais. Portanto, estamos falando de um processo no qual não é apenas o governo sandinista que terá de responder pelas ocorrências, mas a oposição também.

É necessário também lembrar que os enfrentamentos de hoje na Nicarágua a um governo legítimo e democraticamente eleito não são uma novidade nas Américas e tampouco um fenômeno espontâneo. Já houve questionamentos violentos a governos do campo progressista antes, como as situações semelhantes na Venezuela em 2002, depois na Bolívia com ameaças de secessão no país, em Honduras, no Paraguai e mais recentemente no Brasil, onde houve um golpe parlamentar, jurídico e midiático. Em todas essas ocasiões foi visível a presença de interesses estranhos à maioria das populações destes países e características semelhantes da aplicação dos chamados “golpes brandos”. Além disso, nenhum dos países que sofreram mudanças de governo por meio de golpes ou intervenções armadas, duras ou brandas passou a ser governado de forma melhor e mais democrática. O exemplo extremo é a Líbia após o fim do governo Kadafi.

Uma das primeiras iniciativas do Presidente Lula, em janeiro de 2003, frente à crise venezuelana de então, foi a criação do Grupo de Amigos da Venezuela para ajudar a OEA a promover o diálogo entre o governo venezuelano e a oposição. Esta medida teve sucesso, mas a OEA não é a mais adequada hoje para cumprir este papel pois assumiu lado no conflito.

Porém, há outras instituições internacionais que podem ajudar se for do interesse das partes em conflito. É público e notório que os governos da América Latina e Caribe lograram construir instituições multilaterais com capacidade de diálogo e mediação como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Embora essas organizações estejam sendo minadas neste momento por ação dos governos golpistas e/ou neoliberais, ainda possuem capacidade de interlocução e instrumentos de construção da paz e da democracia, respeitando a soberania e o princípio da não ingerência nos assuntos internos de cada país.

Na Nicarágua existe uma institucionalidade democrática estabelecida e que deve ser respeitada.

Cabe ao seu governo e aos grupos de oposição preservá-la para que a segurança e os interesses da população sejam garantidos e as divergências sejam resolvidas por meio do diálogo político para pacificar o país.

Relacionamento entre os Estados Unidos e a Rússia

A reunião entre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o da Rússia, Vladimir Putin, em 16 de julho, em Helsinque, continua a gerar polêmica. Além do desconforto que as declarações de Trump apoiando a versão dos russos que negaram o envolvimento destes nas eleições americanas causaram na grande mídia e entre seus companheiros do Partido Republicano, uma pesquisa feita por dois órgãos da imprensa, *Washington Post* e *ABC News*, mostrou que a maioria da população desaprovou a postura de Trump durante o encontro que, apesar de tudo, convidou Putin para uma nova conversa no fim do ano.

Desde praticamente o começo de seu mandato, membros do governo de Trump, bem como aqueles que participaram ativamente de sua campanha, vêm sendo investigados pela inteligência americana por um suposto envolvimento com a Rússia. Segundo as acusações, teriam sido hackers russos, em conluio com os primeiros, que acessaram e expuseram documentos do comitê dos Democratas e de Hillary Clinton, opositora de Trump durante as eleições, o que poderia ter influenciado o resultado em benefício do republicano.

Até agora, cerca de trinta pessoas já foram indiciadas por essa investigação, coordenada pelo promotor especial Robert Mueller, ex-chefe do FBI. Entre essas, está o ex-chefe da campanha eleitoral de Trump, Paul Manafort, e um de seus assessores, Richard Gate. Também, dias antes do encontro em Helsinque, doze militares russos foram acusados de hackear os computadores da campanha de Hillary Clinton.

O quanto as supostas ações russas poderiam influenciar o resultado e a vitória de Trump, assim como seu papel nisso tudo, é incerto. Entretanto, a postura que o presidente americano vem tomando durante as investigações e a sua declaração na reunião com Putin, na qual afirmou acreditar que

os russos não interferiram nas eleições, negaram as conclusões das agências de inteligência americana e têm gerado dúvidas e desaprovações.

As taxas de descontentamento com o governo de Trump estão altas e essa polêmica em torno do envolvimento russo pode piorar ainda mais o cenário para ele. Vale lembrar que no segundo semestre deste ano, em novembro, ocorrerão as eleições legislativas. Atualmente, os republicanos são maioria nas duas casas legislativas, porém, segundo pesquisas, isso poderá mudar a favor dos democratas. Talvez, visando isso e procurando despistar as críticas com novos factoides, Trump afirmou que se os russos apoiarem alguém nas próximas eleições, seriam seus opositores, pois, em sua visão, nenhum outro presidente foi tão duro com a Rússia como ele.

Governo de Israel Institucionaliza o *Apartheid*

No dia 19 de julho, o governo de Israel, liderado pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, aprovou uma lei que caracteriza o país como “Estado judeu” e que rebaixa o árabe de língua oficial para “especial”. Essa decisão explicitamente busca institucionalizar o que já estava em curso na região: o apagamento do povo palestino e a dominação sem restrições do território pelos israelenses. Em outras palavras, o *Apartheid* está formalizado.

A história do conflito entre israelenses e palestinos teve início em 1948, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. O território da Palestina estava sob domínio britânico e era habitado há séculos pelos árabes. Os judeus haviam passado pelos horrores do nazismo e o sionismo (que defende a criação de um Estado judaico e sua autodeterminação) ganhava força. Para evitar uma massiva imigração de judeus a seus territórios e também para tentar reparar minimamente o holocausto, os países vencedores da guerra, com o aval das Nações Unidas, decidiram criar o Estado de Israel na região da Palestina, já que ali estava a origem do povo hebreu

segundo seus textos sagrados.

Porém, nada disso levou em consideração a vontade ou a vida dos palestinos que praticamente de um dia para outro viram-se desapropriados de suas terras. As forças israelenses vêm desde então tentando aumentar seu território e expulsar de uma vez por todas os palestinos, levando a consecutivos massacres. A lei aprovada é apenas uma de tantas outras que vão nesse sentido. Segundo o Centro Jurídico dos Direitos das Minorias Árabes em Israel (Adalah), existem 65 leis que discriminam os palestinos no país. Entre essas, há a lei Nakba que está em vigor desde 2011 e autoriza a diminuição do financiamento estatal para aquelas instituições que neguem que o Estado de Israel é judeu e proíbe a utilização de verbas públicas para aquelas que consideram o dia da independência israelense como dia de luto.

Além desse *Apartheid* ser internamente apoiado pelo governo de Netanyahu, externamente ele tem um apoiador (e financiador) de peso: Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos. Meses atrás, Trump anunciou que iria reconhecer Jerusalém como capital de Israel e inaugurou a embaixada americana na cidade, gerando uma série de protestos que terminaram de forma violenta. Também foi com a ajuda do primeiro-ministro israelense e com seus supostos documentos que provariam que o Irã não estava mantendo sua parte do acordo nuclear com os Estados Unidos que Trump saiu desse acordo, provocando instabilidade no Oriente Médio.

O desdobramento principal desta nova lei é que na prática extinguiu a possibilidade de um acordo de paz de “Dois Povos, Dois Estados”. A longa disputa agora será dada em torno da hegemonia política sobre o território dominado por Israel, se será da população árabe/palestina ou dos israelenses, como foi na África do Sul entre a maioria negra e a minoria branca.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção levanta as dez principais propostas aprovadas pela Câmara Federal no primeiro semestre deste ano. Trata ainda da manutenção da liderança de Lula nas últimas pesquisas de intenção de voto, mesmo passados cem dias de sua injusta prisão, e relata esforços da Operação Lava Jato para mantê-lo como preso político e o impacto dessas ações na queda de popularidade de Moro. As convenções demonstram os arranjos dos partidos, com o objetivo de enfrentar a candidatura de Lula.

Top ten: propostas aprovadas pela Câmara

No primeiro semestre de 2018, a Câmara dos Deputados aprovou 87 propostas no plenário, em vinte medidas provisórias, 27 projetos de lei, 37 projetos de decreto legislativo, dois projetos de resolução e um projeto de lei complementar. Foram também aprovados 71 projetos na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que não precisam passar pelo plenário

Eles abordam temas relacionados a energia, transporte, finanças públicas, economia, trabalho, ciência e tecnologia, meio ambiente, segurança, direito e justiça, educação, direitos civis, saúde, habitação e acesso a dados e comunicação. Elencamos aqui as dez principais medidas votadas na Câmara neste período.

A primeira matéria votada neste ano foi na área de segurança, direito e justiça, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 886/18, de Michel Temer, que pediu intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A intervenção será mantida até o dia 31 de dezembro de 2018, sob comando do general Walter Souza Braga Netto. Para viabilizar e custear a intervenção foi necessária a

aprovação da Medida Provisória 825/18, que concedia crédito extraordinário de 1,2 bilhão de reais para compra de veículos, armamento, munição e contratação de serviços e pessoal. Ainda na área de segurança, a Câmara dos Deputados aprovou também o Projeto de Lei 3734/12 do Poder Executivo, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. O projeto prevê operações com planejamento e execução integrados e estratégias comuns para prevenir crimes, com registros de ocorrências e informações compartilhadas e intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos.

Na área de energia, um dos projetos mais polêmicos votados pela Câmara dos Deputados foi o PL 8939/17, que permite à Petrobras transferir até 70% de seus direitos de exploração do pré-sal a outras petroleiras nas áreas de cessão onerosa. Outro projeto da área que provocou divergências foi o PL 10332/18, do Poder Executivo, que viabiliza a privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras. Ambas as matérias estão em análise no Senado, mas o leilão da Companhia

de Energia do Piauí (Cepisa) ocorreu em 26 de julho.

Na área de transportes, a greve dos caminhoneiros que paralisou o país no fim de maio fez com que a Câmara aprovasse a Medida Provisória 832/18, que permite à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fixar valor mínimo para o frete no transporte rodoviário de cargas. E o PL 4860/16, que prevê um novo marco regulatório do transporte de cargas no Brasil, sobre frete, seguro, relações contratuais e penalidades do Código de Trânsito Brasileiro. Outra reivindicação dos caminhoneiros foi a isenção da cobrança de pedágio para caminhões com eixos suspensos, vazios ou com carga parcial, aprovada por meio da Medida Provisória 833/18.

Na área de finanças públicas, a Câmara aprovou a Medida Provisória 801/17, que dispensa os estados de uma série de exigências para renegociar suas dívidas com a União. E, na área de economia, o Projeto de Lei 8456/17, do Poder Executivo, que acaba com a desoneração da folha de pagamento para a maioria dos setores hoje beneficiados.

Nesse conjunto de dez medidas, consideradas entre as mais polêmicas, é notória a presença do Executivo pautando o Legislativo. Parte delas refletem o objetivo da privatização desse governo, outras, seu caráter autoritário, sobretudo na inusitada proposta de intervenção na área de segurança pública ou mesmo no impasse gerado com a demora na negociação durante a greve dos caminhoneiros. Embora a Câmara tenha aprovado medidas que poderiam causar impacto positivo na economia, ainda não se percebe nenhuma mudança significativa para a população, o que faz com que o governo atual seja o mais mal avaliado que o Brasil já teve e Temer tenha 93% de reprovação, segundo a última pesquisa realizada pela Ipsos e publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no último dia 19 de julho.

A liderança de Lula nas intenções de voto

Lula continua sendo o candidato com maior taxa de aprovação (45%) e o de menor índice de rejeição entre os principais nomes na disputa presidencial, enquanto as taxas de aprovação dos outros candidatos não ultrapassam 20% (Alckmin 18%, Ciro 19% e Bolsonaro 20%).

A nova pesquisa da Vox Populi, encomendada pela CUT e realizada entre os dias 18 e 20 de julho, mostra que, mesmo preso há mais de cem dias e com todas as manobras políticas e jurídicas para mantê-lo nesta condição, Lula continua líder absoluto, com 41% de intenções de voto, mais do que os 39% registrados em maio. Em segundo lugar, aparece o deputado Jair Bolsonaro (PSL), com praticamente um terço das intenções de voto de Lula, mantendo-se com 12%; seguido por Ciro Gomes (PDT), com 5%. Marina Silva (Rede) caiu de 6% para 4%, empatando com Geraldo Alckmin (PSDB), que também registrou apenas 4%. Manuela D'Ávila (PC do B) e Álvaro Dias (Podemos) seguem ambos com 1% das intenções de votos.

O desinteresse e desencanto com a política também se expressa em taxas de 18% que dizem que não vão votar em ninguém, branco ou nulo e 12% que ainda não sabem em quem votar.

Nas simulações de segundo turno, Lula derrotaria todos os adversários: com 50% das intenções de votos, contra 16% de Bolsonaro, 12% de Marina e 11% de Ciro. Contra Alckmin, Lula ultrapassa metade das intenções de voto, com 52% contra apenas 10% do candidato tucano.

Com mais que a soma das intenções de voto de todos os seus adversários, que alcançou 29%, Lula tem chances reais de vencer as eleições já no primeiro turno, o que o torna alvo de uma perseguição política como se viu no último dia 8 de julho. Durante seu plantão, o desembargador Rogério Favreto do TRF-4 concedeu habeas corpus impedido pelos deputados Wadih Damous, Paulo Pimenta e Paulo Teixeira, do PT, para Lula ter direito a participar das campanhas eleitorais, garantindo à população o direito a eleições livres e democráticas, uma vez que seus direitos políticos não se encontram suspensos.

A ordem de Favreto foi desacatada pelo juiz Sérgio Moro, que interrompeu suas férias e afirmou que o desembargador, seu superior hierárquico, não tinha competência para soltar o ex-presidente Lula e orientou os servidores da Polícia Federal a não cumprirem a ordem judicial, alegando que teria que ouvir o desembargador Gebran Neto, relator do caso, que chamou para si o processo e suspendeu

o alvará de soltura do Lula. Minutos depois, Favreto expediu outro despacho determinando à Polícia Federal que cumprisse imediatamente a ordem de soltura, que foi negada pelo presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores.

O que se viu foi uma manobra da Justiça para manter Lula preso e impedido de disputar as eleições. Chamou a atenção a atitude de Sérgio Moro de descumprir uma ordem superior, interromper suas férias e se manifestar num processo que está sob sua jurisdição, mas não naquele momento, indicando claros interesses e a politização do Judiciário.

Segundo a pesquisa “Barômetro Político”, realizada pelo Ipsos para o *Estadão* após esse episódio, a aprovação do juiz Sérgio Moro, que já foi de 69% em maio do ano passado, baixou para 37% e sua rejeição chegou a 55%, superando a de Lula, que é a mais baixa entre as diversas personalidades testadas (54%). Entre seus principais adversários na disputa eleitoral, Alckmin lidera no índice de rejeição, com 70%, Ciro tem 65%, Jair Bolsonaro 64% e Marina Silva 63%.

Frente à liderança incontestável de Lula, os partidos adversários testam diferentes arranjos para tentar derrotá-lo em outubro.

Arranjos nas chapas dos adversários de Lula

Os prazos das convenções partidárias para definição das chapas que irão concorrer nas próximas eleições iniciaram em 20 de julho e se estendem até o próximo dia 5 de agosto. No dia 20, o PDT de Ciro Gomes, o PSC, de Paulo Roberto de Castro, e o PSTU fizeram suas convenções. No dia 22 foi a vez do Psol, de Guilherme Boulos, e do PSL, de Jair Bolsonaro, realizarem as suas. No dia 28 será realizada a convenção da Democracia Cristã, de José Maria Eymael. O PC do B, que tem como pré-candidata Manuela D'Ávila, fará sua convenção partidária no dia 1º de agosto, e o MDB, de Henrique Meirelles, e o DEM, de Rodrigo Maia, fecham sua composição no dia 2.

No sábado, 4 de agosto, é a vez do PSDB, de Geraldo Alckmin, o partido Novo, de João Amoedo, a Rede, de Marina Silva, o Podemos, de Álvaro Dias, e

o PT, cujo pré-candidato é Luiz Inácio Lula da Silva, realizarem suas convenções. O PRTB e PPL fecham a agenda das convenções partidárias no próximo 5 de agosto.

Mesmo entre os partidos que já realizaram suas convenções, ainda há indefinições quanto às vagas de vice e de formação de bloco de aliança. Nos próximos dias, os pré-candidatos Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT) e Geraldo Alckmin (PSDB) farão de tudo para fechar alianças com o maior número possível de legendas. Um dos grupos mais disputados é o do Centrão, formado pelo DEM, PP, PR, PRB e SD que juntos somam 164 deputados federais, 438,8 milhões de reais no Fundo Eleitoral e catorze minutos e 47 segundos de tevê por dia durante a campanha presidencial.

O “Blocão” chegou a negociar com o candidato do PDT, Ciro Gomes; parte do grupo negociou com o candidato do PSL, Jair Bolsonaro. A maior parte do Centrão garantiu a governabilidade do atual governo Temer, com a aprovação de medidas como a emenda do teto de gastos públicos, a reforma trabalhista e a do ensino médio. Em entrevistas, Ciro divergiu dessas medidas o que fez com que o Centrão se recusasse a apoiá-lo. Atualmente Ciro tem realizado constantes conversas com Marina Silva, também pré-candidata pela Rede, para tentar ampliar seu tempo de tevê.

Até o dia 26 de julho, o Blocão composto por DEM, PP, PR, PRB e SD, além dos partidos PSD, PV, PTB e PPS, fecharam apoio a Geraldo Alckmin, do PSDB, o que lhe garante cinco minutos e 57 segundos por dia do horário eleitoral e 852,8 milhões de reais do fundo eleitoral. O vice de Alckmin, no entanto, ainda não está definido. Um dos nomes mais cotados era o de Josué Gomes, filho de José Alencar, vice-presidente nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e atualmente filiado ao PR, de Valdemar Costa Neto, mas o empresário mineiro não aceitou o convite. Na tarde do dia 26, após a confirmação do apoio de seu partido à candidatura de Alckmin, o ex-ministro Aldo Rebelo (SD) retirou sua pré-candidatura à presidência e cogita-se a hipótese de seu nome estar entre os cotados para ser vice de Alckmin. Veja a imagem a seguir.

A MÁQUINA TUCANA



PARTIDOS ALIADOS DO PSDB

DEM, PP, PR, PRB, SD, PSD, PTB, PPS e PV

TEMPO DE TV

PSDB - 1min 13seg
 PP - 52 seg
 PSD - 49 seg
 PR - 47 seg
 PTB - 33 seg
 DEM - 30 seg
 PRB - 29 seg
 SD - 22 seg
 PPS - 15 seg
 PV - 7 seg

TOTAL

5min 57seg

RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

PSDB - R\$ 185.868
 PP - R\$ 131.026
 PSD - R\$ 112.013
 PR - R\$ 113.165
 PTB - R\$ 62.260
 DEM - R\$ 87.503
 PRB - R\$ 66.983
 SD - R\$ 40.127
 PPS - R\$ 29.203
 PV - R\$ 24.640

TOTAL

R\$ 852.788 MILHÕES

COMPARAÇÃO COM OS DEMAIS PARTIDOS



PT LULA

TEMPO DE TV: 1min35seg

FUNDO PARTIDÁRIO:

R\$ 212.244

Governadores: 5

Deputados: 61

Prefeitos: 255



PDT CIRO

TEMPO DE TV: 30seg

FUNDO PARTIDÁRIO:

R\$ 61.475

Governadores: 2

Deputados: 19

Prefeitos: 335



PSL BOLSONARO

TEMPO DE TV: 8seg

FUNDO PARTIDÁRIO: 9.203

Governadores: 0

Deputados: 8

Prefeitos: 0



REDE MARINA

TEMPO DE TV: 11seg

FUNDO PARTIDÁRIO:

R\$ 10.662

Governadores: 0

Deputados: 2

Prefeitos: 0

O candidato do governo, Henrique Meirelles, do MDB, também ainda não definiu seu vice. A coligação ainda não está fechada, o partido tem conversado com legendas com menores bancadas e pouco tempo de TV como o PMN, PHS e PROS, esse último também em diálogo com o PT e a Rede.

Da mesma forma, o PSL de Jair Bolsonaro tem dificuldade em definir seu vice e compor alianças. A expectativa era que Janaina Paschoal, a advogada responsável pelo impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, preenchesse a vaga, mas na convenção, realizada no dia 22, ela criticou algumas propostas defendidas pelo candidato e pediu mais tempo para pensar, o que fez com que o partido passasse a cogitar novos nomes, como o do astronauta Marcos Pontes, coronel reformado da Força Aérea e filiado ao PSL, o do príncipe Luís Phillippe

de Orleans de Bragança, um dos fundadores do Movimento Acorda Brasil e também filiado ao PSL; ou do general da reserva Hamilton Mourão, um dos principais articuladores da campanha de Bolsonaro, filiado ao PRTB, além do também general Augusto Heleno, filiado ao PRP. De qualquer forma, essas alianças previstas são com partidos pequenos que não lhe garantirão muito espaço na tevê.

Em suma, o centro do debate eleitoral permanece em torno da candidatura Lula, que já está decidida pelo partido, mas também, até o momento, ainda não definiu seu vice. As alianças mais desejáveis são com os partidos do campo progressista. A chapa será definida na convenção do partido no dia 4 e o registro da candidatura de Lula será efetivado no TSE até o próximo dia 15, como pede a legislação eleitoral, com grande manifestação popular em Brasília.

SOCIAL



A seção Social deste mês analisa os últimos dados do mercado de trabalho, que mostram o fracasso da política econômica de Temer e da Reforma Trabalhista, e relembra a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) à luz de seus trinta anos de existência, celebrados neste ano.

Emprego formal segue em trajetória de queda

Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) mostram que, apesar do discurso do governo Temer de que milhões de empregos formais seriam criados com a Reforma Trabalhista, a realidade brasileira hoje é de ampliação da informalidade.

Em um quadro de estabilidade em relação ao trimestre anterior (12,6%), a taxa de desocupação no trimestre móvel de março a maio de 2018 ficou em 12,7%. Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, março a maio de 2017 (13,3%), houve queda.

Os dados mostram estabilidade da população desocupada em 13,2 milhões em relação ao trimestre anterior (13,1 milhões), mas com queda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em que havia 13,8 milhões de desocupados. Já a população ocupada também se manteve estável em relação ao trimestre anterior (90,9 milhões), mas com aumento em relação ao mesmo trimestre no ano anterior, em que havia 89,7 milhões de pessoas nessa condição.

No entanto, os dados sobre emprego com carteira, sem carteira e por conta própria mostram uma ampliação da informalidade no Brasil: se o número de empregados com carteira de trabalho assinada (32,8 milhões) caiu 1,1% frente ao trimestre anterior (dezembro de 2017 a fevereiro de 2018) e 1,5% (-483 mil pessoas) no confronto com o mesmo trimestre do ano anterior, ampliou-se o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,1 milhões) em 2,9% em relação ao trimestre anterior e 5,7% (mais 597 mil pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2017. Já a categoria dos trabalhadores por conta própria (22,9 milhões de pessoas) ficou estável na comparação com o trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, mas, em relação ao mesmo período do ano anterior, houve alta de 2,5% (mais 568 mil pessoas).

Os dados mostram que os empregos formais continuam se reduzindo e que cada vez mais as brasileiras e brasileiros que dependem do trabalho encontram ocupações sem garantias, como emprego sem carteira assinada e por conta própria.

Além disso, quanto aos por conta própria, os dados não são exatamente positivos. Boletim do Dieese¹ mostra que quem virou por conta própria depois do começo da crise (iniciada em 2015) encarou trabalhos menos protegidos, em postos menos qualificados e com remunerações 33% abaixo da recebida pelos que estavam há mais tempo nessa posição na ocupação.

Segundo o boletim, em 2017 aproximadamente 23 milhões de pessoas estavam nessa situação, e, desses, cinco milhões (23%) tinham se tornado por conta própria há menos de dois anos. Além destas fragilidades, estes “novos” trabalhadores por conta própria possuíam as seguintes características:

- 77% não tinham CNPJ nem contribuía para a Previdência Social, percentual maior do que o daqueles que estavam há mais tempo nessa posição;
- menos de 9% possuíam CNPJ e contribuía para a Previdência (situação em que se enquadra o microempreendedor individual, por exemplo);
- cerca de 10% contribuía com a Previdência, ainda que sem CNPJ, o que garante pelo menos alguma proteção social (como auxílio-acidente, licença maternidade/paternidade etc), percentual também inferior ao daqueles que estavam há mais tempo (19%) atuando nessa posição. Ou seja, o por conta própria da crise encarou trabalhos com menor proteção social, menos qualificados e com remunerações mais baixas.

O boletim aponta que “a maioria (52%) dos trabalhadores que se tornaram por conta própria no período recente desempenhava atividades em “ocupações elementares” (faxineiros, pedreiros, preparadores de comidas rápidas etc), com baixos rendimentos”, o que mostra a precariedade do “empreendedorismo” brasileiro. No entanto, é importante frisar que ser por conta própria, antes ou depois da crise, é marca da precariedade do mercado de trabalho brasileiro.

SUS: trinta anos de lutas e de avanços

O SUS completa em 2018 trinta anos: de avanços, mas também de lutas, em especial quanto ao ainda

parco financiamento (e pior à luz da Emenda Constitucional 95) e quanto às disputas de interesses.

Um dos grandes louros do Sistema Único de Saúde (SUS) é a redução de morbimortalidade por doenças transmissíveis no Brasil – como febre amarela, raiva, hanseníase, tuberculose, HIV/Aids, esquistossomose mansônica, doença de chagas, malária, arboviroses (transmitidas por mosquitos do gênero aedes) e pandemias (como a H1N1) –, segundo artigo “Conquistas do SUS no enfrentamento das doenças transmissíveis”². Além do SUS, outros programas sociais e econômicos, voltados para a população brasileira mais carente, contribuíram para a melhoria dos indicadores de saúde analisados, como o Programa Bolsa Família. Afirmam os autores que, “sem sombra de dúvidas, a universalização do acesso aos serviços de atenção à saúde, aliada à ampliação e aperfeiçoamento do escopo das ações de vigilância, prevenção e controle de doenças e riscos à saúde pelo SUS, vem desempenhando papel fundamental na melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população brasileira, bem como contribuindo para o processo de democratização do país”.

De fato, segundo Alexandre Marinho, o SUS chega aos seus trinta anos colecionando números impressionantes.

- No ano de 2016, de acordo com a Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), dos 7.522 hospitais brasileiros, 5.536 (73,60%) atendiam ao SUS, e, do total de 488.179 leitos, 333.988 (68,41%) atendiam ao SUS.
- Ao final do ano de 2016, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu – 192), com 190 centrais de regulação, oferecia cobertura para 164.838.357 pessoas, o que corresponde a 80,67% da população brasileira.
- Em dezembro de 2016, a Estratégia Saúde da Família estava implantada em 5.382 municípios com 40.097 equipes, atingindo 62,63% de cobertura da nossa população.
- A atenção básica atingiu 73,1% de cobertura populacional.
- As 24.383 equipes de saúde bucal cobriram

1. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta8.pdf>

2. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1819.pdf>

40,30% da população.

- A cobertura de triagem neonatal biológica (teste do pezinho), por sua vez, alcançou 83,57% dos recém-nascidos vivos.

O SUS fornece a enorme quantidade de bens públicos e que beneficiam potencialmente toda a população (por exemplo: combate de vetores; campanhas educativas; vigilância sanitária; vigilância epidemiológica etc) e as externalidades positivas geradas pelo sistema (exemplo: vacinação em massa de pessoas e animais que reduz as probabilidades de contágio para todos; tratamento e orientação de portadores de doenças transmissíveis etc).

Isso tudo ocorre com o gasto total em saúde atingindo aproximadamente 9% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, mas sendo somente 45% deste gasto público.

Os desafios agora, no entanto, são maiores. Segundo Jairnilson Silva Paim, em artigo na Revista Ciência & Saúde Coletiva, “o governo Temer deu continuidade e aprofundou a hegemonia contrária ao SUS, tornando-o ainda mais reduzido, com o risco de se tornar um simulacro”. O governo Temer, como temos analisado, tem sido um governo de constantes ataques ao SUS: ao seu financiamento, à sua universalidade, e tem pregado a expansão dos chamados “planos populares de saúde”, vendidos como uma solução à perda de financiamento da saúde pública, mas que disfarçam um aumento da influência do setor privado dentro do próprio governo. Outro ataque importante ao SUS é a EC 95, que rompe as vinculações constitucionais de gastos com saúde. Esse corte ocorre em um contexto de desemprego alto, em que muitos trabalhadores perdem a capacidade de arcar com os custos de planos de saúde ou já não têm acesso

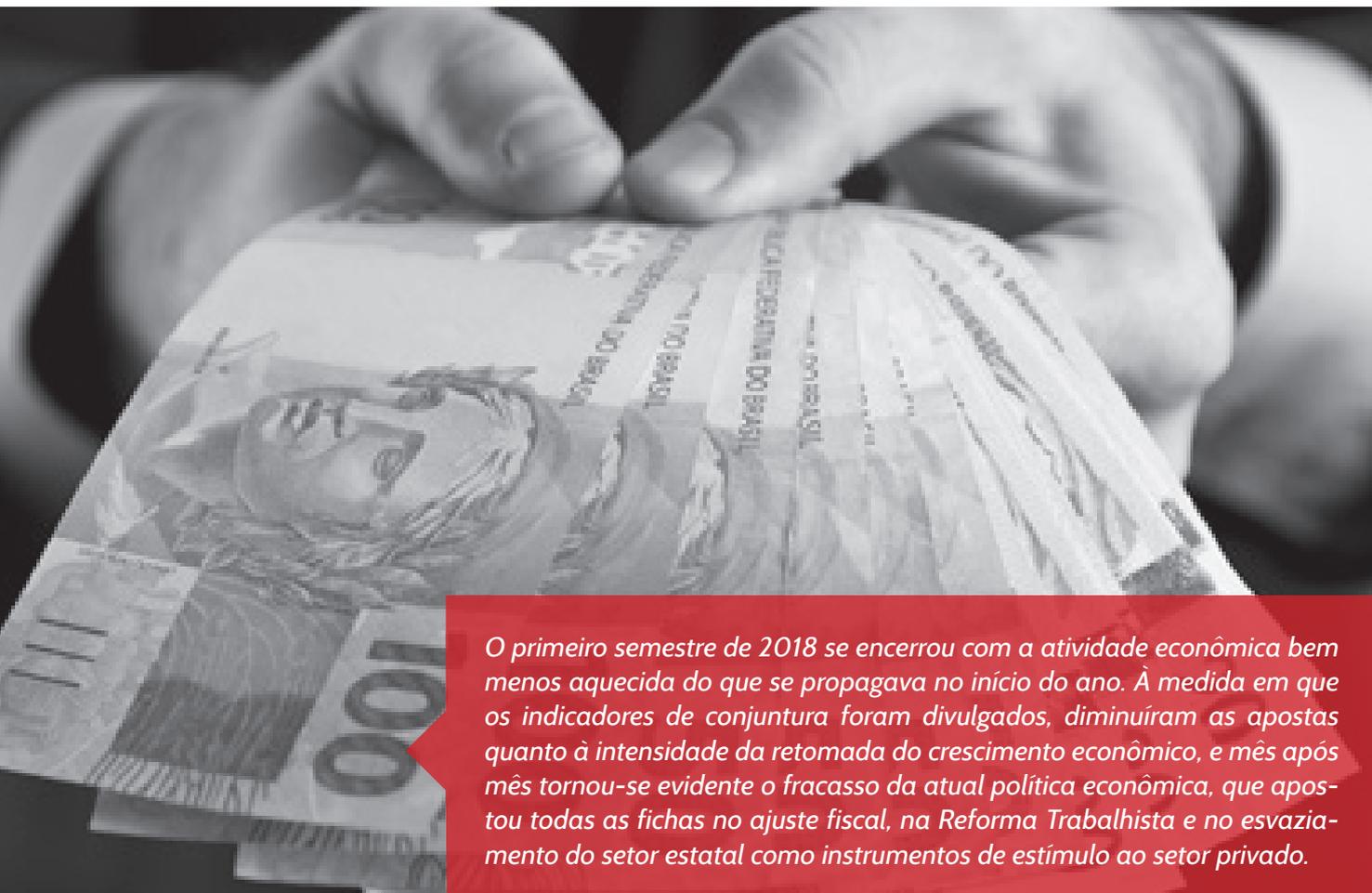
aos planos empresariais ofertados pelos empregadores, o que leva tais trabalhadores a dependerem somente do SUS. Segundo o documento “Políticas sociais e austeridade fiscal”, observa-se uma queda de 5% no número total de beneficiários de planos de saúde a partir de junho de 2015, com redução de aproximadamente 2,6 milhões de contratos até junho de 2017. Por isso, cresce a proporção de brasileiros que utilizaram algum serviço em hospital público, de 51%, em 2011, para 65%, em 2018, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria. A pesquisa mede o uso, nos doze meses anteriores à pesquisa, de serviços em hospital público.

Por outro lado, distorções mais estruturais e que se mantêm quanto ao direito à saúde nesses trinta anos de SUS é o subsídio associado aos planos de saúde. Segundo artigo³ de Carlos Ocké-Reis, a renúncia de arrecadação fiscal em saúde (pela isenção do pagamento de IRPF e IRPJ referente a despesas de saúde) correspondeu a aproximadamente 1/3 das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) do Ministério da Saúde (MS) entre 2003 e 2015. Em valores absolutos, alcançou-se 32 bilhões de reais em renúncia de arrecadação fiscal na saúde em 2015 e, em treze anos, a preços médios de 2015, o governo deixou de arrecadar 331,5 bilhões de reais. Os montantes não são inexpressivos e mostram como o Estado subsidia o setor privado na saúde.

Por fim, retomando o movimento que deu vida ao SUS – a organização dos profissionais e militantes da saúde pública nos anos 1980, reunidos em torno da oitava Conferência Nacional de Saúde – é importante lembrar que sem organização e sem luta, como a capitaneada por esse movimento, não foi e não é possível resistir aos ataques para se limitar o acesso aos direitos sociais no país. Viva o SUS!

3. <http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-2035.pdf>

ECONOMIA



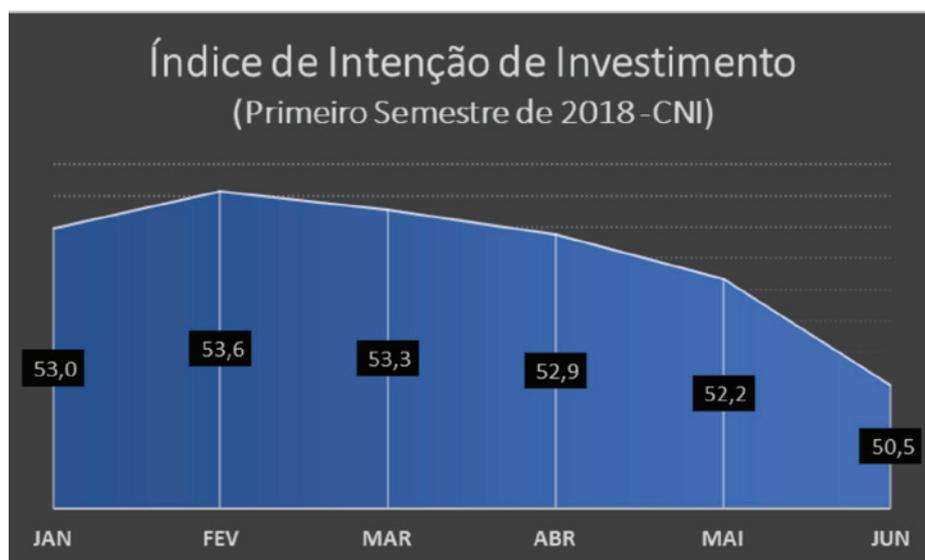
O primeiro semestre de 2018 se encerrou com a atividade econômica bem menos aquecida do que se propagava no início do ano. À medida em que os indicadores de conjuntura foram divulgados, diminuíram as apostas quanto à intensidade da retomada do crescimento econômico, e mês após mês tornou-se evidente o fracasso da atual política econômica, que apostou todas as fichas no ajuste fiscal, na Reforma Trabalhista e no esvaziamento do setor estatal como instrumentos de estímulo ao setor privado.

Nível de Atividade

Segundo o mais recente indicador antecedente do PIB, o Monitor da FGV (divulgado em 24 de julho), a economia brasileira sofreu uma retração de 1,5% no mês de maio, na série com ajuste sazonal – portanto, um pouco menos grave do que havia sido apontado pelo IBC-Br, que registrou uma queda de 3,34% no mesmo mês. Em certa medida, esses resultados refletiram os efeitos da crise dos combustíveis que paralisou o transporte no país nos últimos onze dias de maio e que impactou o nível de atividade dos diferentes setores da economia. Segundo os cálculos da FGV, na comparação interanual (maio2018/maio2017) a contração foi ainda mais intensa (-1,8%) e fortemente influenciada pela queda nas atividades da indústria de transformação (-9,1%) e da construção civil (-4,5%). Também contribuíram para aquela retração o péssimo desempenho dos serviços de transportes (-14,6%) e do comércio (-4,4%).

Já pela ótica da demanda, entre os fatores que influenciaram no resultado negativo do mês de maio, destacaram-se a queda no consumo das famílias (-0,3%) – que tem grande peso na dinâmica da demanda agregada – e a acentuada retração da formação bruta de capital fixo (-7,8%), que levou a taxa de investimento registrada no trimestre encerrado em maio voltar ao baixíssimo patamar de 16,5% do PIB.

Entretanto, cabe salientar que independentemente dos impactos negativos provocados pela crise dos combustíveis, desde fevereiro já se vinha percebendo uma queda no Índice de Intenção de Investimento apurado mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria junto aos empresários do setor industrial. Como se pode observar no gráfico, depois de o índice ter atingido 53,6 pontos no segundo mês do ano, seguiu por trajetória cadente até o fim do semestre, intensificando sua queda na passagem entre o mês de maio para junho, quando alcança os 50,5 pontos.



Ou seja, apesar da evidente frustração das expectativas decorrente das paralisações provocadas pela equivocada política de preços dos combustíveis da Petrobras e que explicam parte dos resultados negativos verificados em maio e no começo de junho, há algum tempo já se fazia presente na economia brasileira um menor entusiasmo com o processo de retomada do crescimento. Corroborando essa tendência, o Índice de Confiança do Comércio calculado pela FGV, também já vinha caindo desde março deste ano, quando havia alcançado 96,8 pontos em uma escala que varia de zero a duzentos pontos – sendo que valores acima de cem são considerados um indicativo de cenário otimista e abaixo de cem um indicativo de prevalência de uma perspectiva pessimista entre os empresários do comércio. Na passagem de junho para julho, já sem o efeito direto dos eventos de maio, o índice registrou sua quarta queda consecutiva (-0,8 ponto), alcançando os 88,8 pontos, o pior resultado desde agosto de 2017.

Também entre o grupo de analistas econômicos das principais instituições financeiras que são regularmente consultados pelo *Boletim Focus* do Banco Central a mesma tendência já vinha sendo sinalizada desde fevereiro do presente ano, a partir de quando passaram a reduzir suas projeções a respeito da intensidade de expansão do PIB. De acordo com a mediana das opiniões captadas pelo *Boletim Focus* do dia 20 de julho, o PIB deverá fechar 2018 com uma taxa de crescimento de apenas 1,5%.

Não é demais assinalar, portanto, que além do pro-

blema com os preços dos combustíveis, contribuíram para este quadro de reversão das expectativas outros fatores conjunturais – como, por exemplo, o susto provocado pelo Banco Central que, contrariando até mesmo os analistas do mercado, decidiu estancar precocemente o processo de redução da taxa Selic e, assim, atçou movimentos especulativos no mercado de câmbio que derrubaram as apostas no processo de recuperação da atividade – e problemas estruturais (spreads elevados, baixo volume dos investimentos públicos, redução do papel do BNDES, entre outros) decorrentes do viés neoliberal da política macroeconômica.

Inflação e política monetária

Após seguidas rodadas de desvalorização do real em relação ao dólar e também por conta dos efeitos da crise dos combustíveis sobre os preços do frete e dos alimentos, o patamar da inflação brasileira medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) elevou-se um pouco em relação às estimativas que eram feitas há alguns meses. De acordo com o IPCA-15, que capturou as variações dos preços na quadrissemana (quatro semanas seguidas) encerrada na segunda semana de julho, a inflação alcançou 3% no acumulado do ano e 4,53% no acumulado nos últimos doze meses.

Com isso, as projeções do mercado capturadas pelo *Boletim Focus* em 20 de julho já trabalham com uma perspectiva de inflação para o final de 2018 de 4,11% (IPCA) e de 7,7% (IGP-M). Conseqüente-

mente, as apostas sobre a taxa Selic têm se mantido, com a maioria das opiniões indicando o patamar de 6,5% em final do ano. Entretanto, deve-se destacar que entre algumas consultorias econômicas, como por exemplo a Macrométrica, já se considera a possibilidade de a inflação romper o teto da meta (6%), o que levaria a uma retomada do processo de elevação da taxa Selic já antes do final de 2018.

Comércio Exterior

Encerrado o primeiro semestre do ano, o comércio exterior brasileiro registrou um superávit de 29,9

bilhões de dólares, com as exportações somando 113,7 bilhões e as importações um total de 83,8 bilhões de dólares (veja tabela). Com isso, mantém-se a projeção de um saldo ao final de 2018 um pouco inferior a sessenta bilhões, visto que, ao que indicam os últimos números, apesar do aumento do preço internacional do petróleo e da soja, nossas importações têm crescido em um ritmo superior ao das exportações – nos últimos seis meses, enquanto as exportações avançaram 5,6% sobre o total acumulado no mesmo período de 2017, as importações cresceram 17,2%.

Evolução do comércio exterior no primeiro semestre de 2018

	Valores Absolutos (Em US\$)			Var % (2018/2017)	
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação
Janeiro	17.027.182.393	14.202.135.301	2.825.047.092	14,2	16,4
Fevereiro	17.409.975.702	14.394.909.214	3.015.066.488	12,5	31,9
Março	20.228.723.046	13.810.386.412	6.418.336.634	0,8	6,7
Abril	19.713.230.233	13.791.837.029	5.921.393.204	11,5	28,7
Mai	19.127.890.542	13.259.769.360	5.868.121.182	-3,3	9,3
Junho	20.205.077.783	14.320.104.869	5.884.972.914	2,2	13,7
Acumulado	113.712.079.699	83.779.142.185	29.932.937.514	5,6	17,2

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Diante desse quadro, de acordo com as estimativas da Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB), o superávit anual do país deverá ficar mesmo próximo dos 56 bilhões de dólares em 2018, portanto, aproximadamente onze bilhões de dólares a menos (-16%) daquele que foi registrado no ano passado (67 bilhões).

Em relação à composição de nossa pauta exportadora, o quadro em 2018 é bastante semelhante ao de 2017, com os produtos básicos respondendo por aproximadamente metade das exportações brasileiras (48%), os semimanufaturados por 13% e os manufaturados por 36% – além disso, as chamadas “operações especiais” corresponderam a 2% do total exportado pelo país no acumulado do ano até junho.

Já no que tange à estrutura da nossa pauta de importações, a composição também se manteve muito semelhante à registrada no acumulado de janeiro a junho de 2017, com os produtos manufaturados representando 85% (em 2017 foi 84%), os básicos 11% e os semimanufaturados apenas 4%.

Contas Públicas

Segundo os cálculos da Receita Federal do Brasil divulgados em 24 de julho, a arrecadação federal do mês de junho alcançou um total de 110,9 bilhões de reais, o que representa um crescimento de 2,01% em relação ao mês anterior, a taxa mais fraca registrada ao longo do ano (veja gráfico).



Fonte: Receita Federal

Com isso, no total acumulado ao longo do primeiro semestre de 2018 comparado ao mesmo período do ano passado houve um crescimento de 6,9%, o que poderia estar indicando à primeira vista uma recuperação dos tributos em decorrência da melhora no nível de atividade.

Entretanto, apesar dos números de junho ainda permanecerem no campo positivo, quando se excluem da conta da arrecadação federal as chamadas receitas não recorrentes (especialmente aquelas vinculadas ao aumento do PIS/Cofins sobre os combustíveis e ao Programa de Regularização Tributária - Refis) o resultado de junho indica uma

queda de 0,5% em relação ao que havia sido apurado no mesmo mês de 2017, isto é, 530 milhões de reais a menos.

Assim, embora parte desse resultado ruim de junho deva ser ainda um reflexo da crise dos combustíveis ocorrida nas últimas duas semanas de maio, parece razoável concluir que, também de acordo com a análise do comportamento das receitas federais, a atividade econômica permanece em um ritmo muito fraco, reforçando o entendimento de um crescimento do PIB que não deverá superar a taxa de 1,5% em 2018.

TERRITORIAL



Em meio aos retrocessos institucionais, orçamentários e legislativos ocorridos no período pós-golpe para atender aos interesses econômicos do agronegócio, os princípios da agroecologia estimulados pelos governos Lula e Dilma buscam resistir, por meio da pressão e luta dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, visando à produção de alimentos saudáveis para a população e ao meio ambiente sustentável.

Agricultura familiar e produção de alimentos orgânicos no Brasil

Início da Assistência Técnica e Extensão Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) associada ao acesso a terra, ao crédito e à comercialização são os principais pontos a serem considerados no apoio do Estado aos agricultores familiares de produtos orgânicos. Por definição da Lei 12.188/2010, Assistência Técnica e Extensão Rural é um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Em sua origem, a Ater oferecida pelo Estado não considerou os pequenos agricultores e também não estimulou a produção dentro dos princípios da agroecologia. Pelo contrário, a assistência técnica brasileira iniciou-se no segundo pós-guerra, com forte influência dos norte-americanos e dos princípios da revolução verde, que visava aumentar a produção de grandes produtores pelo uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos e sintéticos.

As ações nesse sentido eram coordenadas primeiramente pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), criada em 1956, e posteriormente pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica (Embrater), criada em 1975, e que tinha seu braço técnico na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada em 1974. Além da Embrater, o modelo brasileiro também contou com a existência de empresas estaduais de Ater, chamadas Emater, tendo ainda como público-alvo os médios e grandes produtores rurais.

Em 1989, a Embrater foi extinta sob a alegação de falta de recursos orçamentários, consequência da crise do petróleo e do fim do modelo desenvolvimentista brasileiro. Nesse momento, a Ater passou a ser realizada apenas pelas Ematers estaduais, com diferentes modelos a depender de sua coordenação, muitas vezes com baixo recurso e sem uma diretriz nacional.

Nesse período histórico os agricultores brasileiros (sejam eles pequenos, médios ou grandes) deixaram de ter uma orientação coordenada pelo governo federal e o setor privado ocupou o espaço deixado pelo setor

público. Grandes corporações multinacionais agrícolas e da indústria química de defensivos passaram a capacitar os produtores rurais no momento em que procuraram soluções para aumentar a produção e conter pragas. O resultado foi o uso intensivo de agrotóxicos na agricultura brasileira, sendo a produção de alimentos orgânicos deixada em segundo plano.

Estruturação da política de agricultura familiar

Em 1995, ainda de forma tímida, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) trouxe à tona o olhar do Estado para os agricultores familiares ao oferecer crédito e algum apoio institucional aos pequenos por meio de liberação de crédito condicionado à apresentação de projeto técnico.

Apesar de se apresentar como um avanço frente à política que privilegiava apenas o agronegócio, o programa ainda não se constituía como uma política pública estruturada capaz de alavancar a agricultura com base familiar e a produção de alimentos orgânicos no Brasil.

Apenas em 2003, durante o primeiro mandato do governo Lula, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi que houve um movimento do Estado para estruturação da política pública de agricultura familiar. Nesse período houve uma inversão ideológica sobre o modo de produção de alimentos no Brasil, no qual o governo brasileiro parou de olhar apenas para os princípios da revolução verde (permeada por agrotóxicos e fertilizantes químicos) e passou a estimular os princípios da agroecologia, do fortalecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos orgânicos.

Em 2010, houve a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do Programa Nacional de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) pela Lei 12.188/2010, ainda em vigor. As diretrizes do Pronater são:

- assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares (e outros beneficiários dos programas do MDA) o serviço de Ater pública e gratuita;
- promover o desenvolvimento rural sustentável;
- adotar uma abordagem multidisciplinar baseada nos princípios da agroecologia para a Ater;
- adotar um modo de gestão democrática da política,

incluindo seu controle social.

Os beneficiários do Pronater eram os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e as comunidades tradicionais. Além disso, nos termos da Lei 11.326/2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação

Em 2013, houve alteração na legislação por meio da Lei 12.897/2013 e do Decreto 8.252/2014, que criaram a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) para operacionalizar das ações de Ater no país. A principal missão da Anater, ainda em estágio de implementação, é promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, com vistas à inovação tecnológica e à apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social.

Ao longo dos governos Lula e Dilma foram elaboradas estratégias reais de fortalecimento da agricultura familiar ao buscar garantir aos pequenos produtores políticas públicas para acesso a terra, regularização fundiária, crédito produtivo rural, assistência técnica e extensão rural e acesso ao mercado e comercialização com centralidade na produção de orgânicos. Entre os programas criados destacam-se:

- Programa Nacional de Reforma Agrária;
- Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária;
- Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária;
- novas modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Ecologia, Florestal, Agroecologia e Semiárido;
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae);
- Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas);
- Plano Brasil Sem Miséria – Inclusão produtiva rural;
- Plano Nacional de Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade.

Período pós-golpe: desestruturação da política

Apesar de curto, o período pós-golpe veio acompanhado de inúmeros retrocessos para a política pública de agricultura familiar e produção de orgânicos no país. Do ponto de vista institucional, houve grande desestruturação das ações públicas da agricultura familiar com a extinção do MDA por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016. O antigo ministério reduziu-se à recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário alocada na Casa Civil da Presidência da República.

Em relação aos aspectos orçamentários, o governo golpista abandonou as diretrizes de fomento a um desenvolvimento sustentável no campo e de fortalecimento da agricultura familiar. As leis orçamentárias do período pós-golpe apontaram para diminuição significativa nos recursos destinados para o acesso a terra, para o crédito produtivo rural, para a assistência técnica e extensão rural e para infraestrutura voltada aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Do ponto de vista da disputa política no Congresso Nacional, observou-se o predomínio dos interesses do agronegócio, a qual encontrou na bancada ruralista uma forma de emplacar um conjunto de projetos de lei contra a agricultura familiar e a produção orgânica. Entre essas legislações destacam-se Lei nº 13.465/2017, (MP da grilagem), PL 4576/2016 (que visa restringir a venda direta de produtos orgânicos) e PL 6299/2002 (que pretende flexibilizar o uso de agrotóxicos).

A Lei nº 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmatamento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também coloca em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no apoio das famílias assentadas.

O PL 4576/2016 busca controlar a venda direta de produtos orgânicos, alterando a Lei 10.831/2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica brasileira. Situação no mínimo contraditória, uma vez que a bancada ruralista luta para retirar o símbolo de transgênicos das embalagens dos produtos alimentícios

para beneficiar o agronegócio.

Já o PL 6.229/2002, conhecido como “Pacote do Veneno”, tem como proposta alterar a legislação brasileira por meio de um conjunto de medidas que flexibiliza o uso de agrotóxicos no país, atendendo aos interesses das grandes corporações da indústria química vinculadas ao agronegócio, assim como visa que estes possam ser liberados pelo Ministério da Agricultura sem o aval de órgãos reguladores.

O retrato da agricultura familiar e orgânica

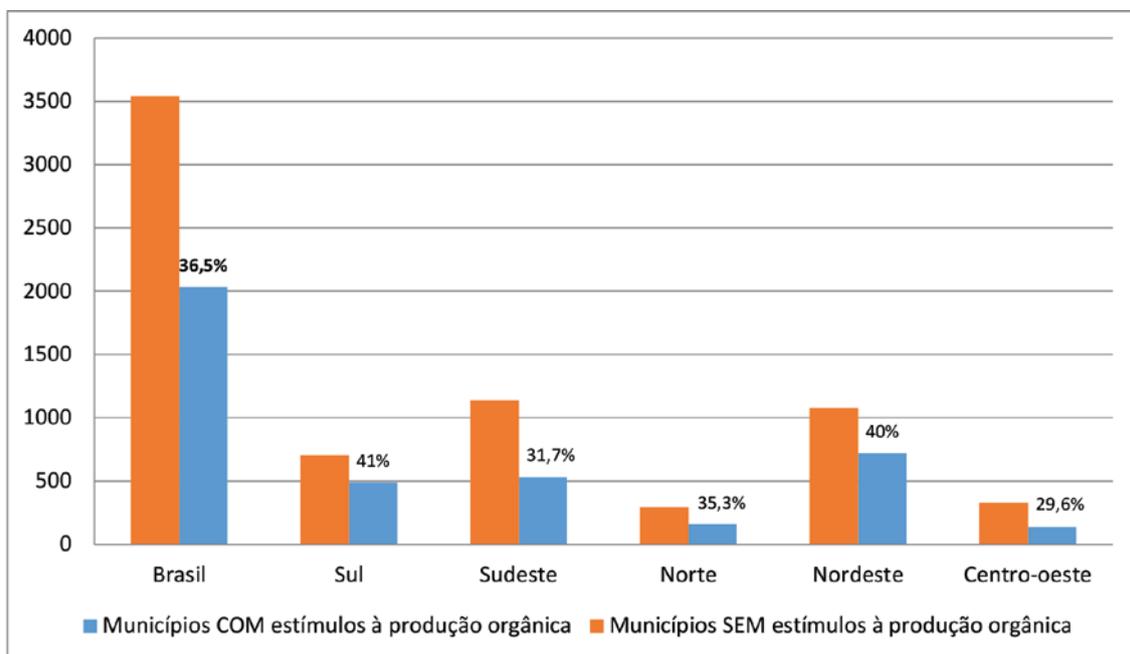
Apesar da desestruturação recente, os princípios da agroecologia disseminados ao longo dos governos Lula e Dilma ainda se mostram presentes nas políticas municipais. Em 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), levantou dados sobre atividades geralmente relacionadas a pequenos produtores: agricultura orgânica, agricultura familiar, aquicultura, pesca e produção de hortas comunitárias.

Entre os municípios brasileiros, 4.826 (86,6%) desenvolveram ao menos um programa ou ação em alguma dessas áreas, sendo a maior participação da região Sul (94,4%), seguida por Norte (90%). A agricultura familiar foi a que teve maior participação dos municípios, presente em 4.599 prefeituras (82,6%), seguida pela agricultura orgânica (36,5%), hortas comunitárias (35,7%), aquicultura (25,9%) e pesca (18,6%).

Em 2017, foram 36,5% dos municípios brasileiros (2.033 cidades) que possuem ações ou políticas públicas de fomento à agricultura orgânica. Fato que mostra a importância de continuar avançando nas políticas públicas de estímulo ao segmento, ao contrário do que vem sendo feito pelo governo Temer.

Ao analisar o gráfico a seguir, nota-se que a região Centro-Oeste possuía a menor proporção de municípios com políticas ou ações públicas de estímulo à agricultura orgânica, com 29,6% do total de seus municípios, justamente onde estão localizados alguns dos maiores agronegócios do país e onde exercem grande pressão sobre a política local. Na sequência aparecem as regiões Sudeste (31,7%) e Norte (35,3%). As regiões com maior proporção de municípios com apoio à produção orgânica eram a Sul (41%) e a Nordeste (40%).

Gráfico 1 - Distribuição dos municípios brasileiros segundo existência de política de estímulo à agricultura orgânica. Regiões geográficas, 2017



Em resumo, após os retrocessos institucionais, orçamentários e legislativos ocorridos no período pós-golpe para atender aos interesses econômicos do agronegócio, os princípios da agroecologia estimulados pelos go-

vernos Lula e Dilma tentam resistir por meio da pressão e luta dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, visando à produção de alimentos saudáveis para população e ao meio ambiente sustentável.

COMUNICAÇÃO



A polêmica judicial ocorrida em 8 de julho em torno da concessão de habeas corpus ao ex-presidente Lula que lhe possibilitaria sair da prisão é tema da análise desta seção, na imprensa internacional, na mídia tradicional brasileira e nas redes sociais.

Lula foi tema principal na imprensa Internacional

O ex-presidente Lula é o tema mais tratado por jornais estrangeiros no que se refere ao Brasil. O fato relacionado a ele mais noticiado foi a batalha judicial travada no domingo, 8 de julho, quando o desembargador Rogério Favreto concedeu três ordens de soltura para Lula que não foram cumpridas pela PF.

As coberturas realizadas pelos jornais de maior repercussão no mundo foram um tanto distantes do contexto brasileiro. A maioria se concentrou em narrar o imbróglio e as seguidas decisões autorizando e revogando o habeas corpus ao ex-presidente Lula, sem entrar na discussão sobre o mérito do caso.

Além disso, todos mencionaram o fato de Favreto ter sido filiado ao Partido dos Trabalhadores durante

vinte anos (sempre dizendo que essa informação era oriunda da imprensa brasileira. Alguns também citaram que o desembargador trabalhou nos governos do PT. A forma como as reportagens foram feitas demonstram que as publicações realizadas pela imprensa tradicional brasileira voltaram a ser utilizadas como referência pelos jornais estrangeiros.

Trata-se de um retorno ao que era feito até o início de 2016, antes de o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ser vítima de uma condução coercitiva – um verdadeiro circo midiático – ordenada pelo juiz Sérgio Moro. Até aquele momento, periódicos como *New York Times*, *Le Monde*, *The Guardian* e tantos outros apenas reproduziam as informações que eram publicadas pela imprensa tradicional brasileira e faziam parecer que um governo corrupto e todos os políticos ligados a ele estavam em queda.

O pronunciamento feito por Lula após prestar depoimento aos delegados, no dia 4 de março de 2016, fez com que movimentos de resistência se organizassem e que uma outra narrativa passasse a ser construída. Ao mesmo tempo em que se iniciava uma luta de resistência contra o golpe e, posteriormente, contra a agenda neoliberal, os grandes jornais do exterior começavam a realizar uma cobertura mais atenta, desconfiando um pouco mais do contexto tumultuado que se arrastava no Brasil desde 2013. Prova disso é que, durante o processo de impeachment, a grande mídia brasileira foi duramente criticada nos jornais estrangeiros em função da cobertura parcial e superficial que realizava.

De lá para cá, a revolta social que tomava as ruas do Brasil arrefeceu e o país perdeu importância no cenário externo com o governo golpista de Michel Temer, que não conseguiu sequer alavancar a economia e provocou perdas sociais com a política de austeridade. Essa mudança de clima fez com que as atenções desses grandes jornais estrangeiros se voltassem para outros países, enquanto que a política e a economia do Brasil deixavam de ser assunto.

Apesar da diminuição no noticiário internacional, a briga de narrativas no país tornou-se algo concreto e, embora a grande mídia brasileira tenha voltado a ser utilizada como fonte pela imprensa estrangeira, todas as publicações continuam a mencionar que o ex-presidente Lula afirma sua inocência e acusa setores da imprensa e do poder Judiciário de promover uma perseguição para impedir que ele concorra nas eleições presidenciais de 2018.

Junto com essa menção, aparece a informação de que Lula é o primeiro nas pesquisas com larga vantagem, mesmo estando preso, mas que ainda há dúvidas sobre se ele poderá ser candidato em função da Lei da Ficha Limpa. A batalha judicial relacionada à libertação de Lula fez com que os veículos de outros países como *Al Jazeera*, *DW*, *Süddeutsche Zeitung*, *Le Monde*, *New York Times* e outros entrevistassem especialistas que apresentaram um cenário incerto para o futuro do Brasil. De acordo com a maioria desses entrevistados, os brasileiros já não tinham confiança no Poder Executivo nem no Legislativo e agora também começam a desconfiar do Judiciário em função da divisão evidente

entre juízes, desembargadores e ministros.

As coberturas dos jornais estrangeiros enfocaram essas questões e não se aprofundaram sobre a conduta do juiz Sérgio Moro no domingo, 8 de julho, nem sobre os detalhes da condenação do ex-presidente, que são o grande alvo de críticas por parte da defesa de Lula e da esquerda brasileira.

A grande dificuldade é fazer com que esses jornais se sintam impelidos a questionar o que é dado como certo tanto pela imprensa tradicional brasileira quanto por uma parcela do Judiciário. Esse desafio parece ser chave para que a injustiça contra o ex-presidente Lula se torne largamente conhecida no mundo todo. A pressão externa é fundamental para quebrar a narrativa construída pelo conluio entre a força-tarefa da Lava Jato de Curitiba e setores da grande mídia brasileira.

Imprensa tradicional brasileira

O PT foi duramente atacado por dois dos principais veículos da imprensa tradicional brasileira em virtude do pedido de habeas corpus. O editorial do *Estadão* no dia 10 de julho, “Plantonista amigo”, reproduzido pelo blog de Fausto Macedo, classifica como desespero e irresponsabilidade as ações do PT, que, segundo ele, desafiam o Estado de direito. “Os três autores do pedido de habeas corpus, em seu aqodamento, esqueceram-se de que o réu, noutro habeas corpus impetrado por terceiro, havia desautorizado ‘qualquer forma de representação judicial ou extrajudicial em seu nome, que não seja através de seus advogados legalmente constituídos para representá-lo e defender os seus interesses’. Não podiam, portanto, pedir a liberdade de Lula”, sustenta o texto.

No dia 11, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou novamente um virulento ataque ao partido, intitulado “Simplesmente vergonhoso”, no qual trata o pedido de habeas corpus como manobra jurídica contra as regras do Direito que o veículo chama de “malandragem em favor da impunidade” e “grave atentado contra o país e a moralidade pública”. São citados nominalmente os deputados Wadih Damous, Paulo Pimenta e Paulo Teixeira por tentarem “burlar o princípio do juiz natural para livrar Lula da cadeia”.

Já a *Folha de S.Paulo* adotou a ideia de que seria oportunismo o pedido de habeas corpus ao publicar, no dia 15 de julho, editorial intitulado “Corda esticada”, que menciona a polêmica em torno da concessão de habeas corpus ao ex-presidente Lula no contexto de uma estratégia petista que busca prorrogar a indefinição da candidatura dele à presidência até o ponto em que ficará tarde demais para impedir que a foto de Lula apareça na urna eletrônica quando o eleitor digitar o número do PT. E afirma que a tese de que Lula foi condenado por ser perseguido pelo juiz Sergio Moro e por procuradores da Lava Jato ajuda a manter a militância coesa, embora não tenha respaldo nos tribunais. “Não foi outro o sentido da extravagante manobra tentada há uma semana pelos três deputados que convenceram o juiz federal Rogério Favreto a determinar a libertação de Lula, ordem que acabou revogada antes de ser cumprida”, diz o texto. E menciona ainda que Lula teve preferência de 30% dos eleitores na última pesquisa do Instituto Datafolha, o que parece suficiente para levar ao segundo turno o candidato que ele indicar caso não possa concorrer. O texto conclui com uma crítica ao afirmar que é difícil enxergar algum ganho para o eleitor com essa prolongada indefinição.

Uma reportagem do jornal *O Globo* intitulada “Guerra de vereditos sobre habeas corpus de Lula reflete divisão do STF” corrobora a ideia de que de fato a imagem do Judiciário saiu enfraquecida do episódio ocorrido no dia 8, ao passo que a disputa da narrativa ganhou força. O jornal ouviu especialistas em direito, que argumentam que decisões individuais são uma tendência perigosa da Justiça. O texto apontou outro episódio em que houve divergências, como o bate-boca entre Gilmar (Mendes) e (Luís Roberto) Barroso. E concluiu: “Desde a decisão da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, de não colocar em pauta a rediscussão da prisão em segunda instância, passando pela recente posição da maioria da 2ª Turma do tribunal, que colocou em liberdade o ex-ministro José Dirceu, os juristas acreditam que a cizânia entre os integrantes da Corte agora se reflete em instâncias inferiores e confirma uma imagem de enfraquecimento do Poder Judiciário.

A repercussão da imagem de Lula nas redes

A computação visual consiste de técnicas para descoberta de marcas, objetos, entidades, conceitos e padrões em conjuntos de imagens. Assim, com o apoio do aprendizado da inteligência artificial e aprendizado máquina (*machine learning*) é possível estudar milhares e milhares de imagens. Para tal, foram coletadas 17.345 imagens no Facebook e Twitter durante o domingo, 8 de julho.

Os recursos da computação visual são importantes aliados dos pesquisadores, permitindo seguir nos métodos mistos de análise *quanti* e *quali* de comportamento e grupos. Com o auxílio de técnicas de inteligência artificial, analisamos como as imagens repercutiram.

Entre os elementos que mais se destacam entre todas as imagens analisadas estão três agrupamentos específicos:

- Memes e humor: essencial e extremamente explorado na ausência do ex-presidente Lula. Aqui é como se a ideia de “somos milhões de Lulas” tivesse substituído a ausência do ex-presidente.
- Prints de tweets, notícias e cards: são essenciais para divulgar o evento no pré, durante e pós.
- Manifestações públicas e multidões.

Assim, entre as principais observações destacam-se:

- As imagens com conteúdo humorístico e memes das redes sociais online brasileiras são as principais imagens compartilhadas durante o dia 8. Se destacam memes que reforçam o desespero de *Moro* e a força de *Lula*. Memes envolvendo *Gretchen*, *Renata Sorrah* e *Tulla Luana*, por exemplo.
- Cards de convocação, prints de tweets de destaque, manchetes de jornais e revistas entre outros tiveram enorme alcance e compartilhamento nas redes sociais online, com destaque para o Twitter.
- Imagens de aglomerações e manifestações em apoio a Lula compuseram o terceiro maior agrupamento de imagens no período. Destaque para a mobilização em São Bernardo do Campo, realizada no dia 8, mas também para as que ocorreram no dia de sua prisão.
- Um agrupamento significativo de imagens coloca as

duas figuras do Judiciário no domingo em destaque: Favreto e Moro. Favreto é fortemente atacado – e sua imagem é divulgada a fim de expô-lo publicamente. Moro é citado e atacado por aparecer em inúmeras imagens ao lado de tucanos e

outros políticos corruptos.

- Um agrupamento de imagens é focado em animais: gatos, cachorros e também burros e jegues. Eles são utilizados para atacar petistas, críticos de Moro e outros progressistas.

MOVIMENTOS SOCIAIS



Na análise de Movimentos Sociais, o boletim discute a relação entre as mobilizações pela liberdade de Lula e seu direito de ser candidato a presidente com as lutas sociais em curso. Essa campanha é central e as mobilizações programadas dão o tom do que se deve esperar da conjuntura brasileira para o próximo período. É o caso do “Dia do Basta”, convocado pelas centrais sindicais para o próximo 10 de agosto.

Lula é central para os movimentos sociais

O “Dia do Basta”, convocado pelas centrais sindicais para 10 de agosto, trata da retirada de direitos da reforma trabalhista, do desemprego, que segue em ritmo forte, e da questão previdenciária, que continua indefinida no Brasil.

Evidentemente parte desse processo deve centrar força na tese de setores da classe trabalhadora, em especial da CUT, que acreditam que essas questões seriam resolvidas por um novo governo do ex-presidente Lula.

Essencialmente, o Dia do Basta retrata a grave crise que assola a classe trabalhadora, tanto sob o ponto de vista econômico quanto do ponto de vista das relações de trabalho, numa nefasta combinação forjada entre piores condições de vida e ruptura democrática.

Essa mobilização nesse momento traz sinais que ultrapassam a conjuntura imediata. Há um claro recado das centrais sindicais no sentido de que não há possibilidade de permanência do cenário de austeridade que toma conta do país. Nesse sentido, mesmo aquelas centrais cujos dirigentes chegaram a apoiar o golpe não encontram alternativa a não ser a unidade de mobilização, a exemplo do ocorrido na greve geral de abril de 2017, que barrou a Reforma da Previdência.

De outro lado, uma grande parte da classe artística brasileira também se mobiliza. Nesse caso, tratando objetivamente da necessária liberdade imediata de Lula. É o que conta a história do Festival Lula Livre, no Rio de Janeiro, em 28 de Julho.

Para além das divergências políticas, os artistas apontam para a necessária retomada democrática, em que se apresenta como central a superação da arbitrariedade cometida contra Lula.

Esses sinais de setores da sociedade são contundentes às vésperas da definição do cenário eleitoral de 2018. Isso porque historicamente a metade do ano eleitoral é marcada pelo aprofundamento das fragmentações, especialmente da esquerda. É nesse momento do ano que as candidaturas se apresentam, especialmente após 2002, seria nesse momento que se aprofundariam as críticas de setores da esquerda ao projeto de Brasil defendido pelo PT.

Isso aponta para uma reflexão acerca da chamada necessidade de união das esquerdas. Isso porque primeiro essa unidade se apresenta de forma factual. Artistas, trabalhadores e mesmo boa parte da classe política de esquerda é inequívoca ao defender a liberdade de Lula e seu direito de ser candidato a presi-

dente. Se essa unidade vai se converter num processo eleitoral unificado, isso é outra história.

O fato é que a prisão injusta de Lula e as atrocidades cometidas mesmo após esse encarceramento colocaram o ex-presidente no centro da conjuntura nacional. As alianças locais estão praticamente todas bloqueadas enquanto não se define a situação de Lula, especialmente no Nordeste. Boa parte das alianças nacionais também não se define em virtude do que podemos chamar de “efeito Lula”.

O fato é que o Poder Judiciário brasileiro conseguiu travar a democracia em níveis alarmantes. Não se trata de um homem preso, trata-se de uma enorme parcela do povo pobre e trabalhador desse país reafirmando a sua identidade, a sua preferência e a sua posição, que transcende as meras manobras institucionais da elite do atraso.

Essa constatação é capaz de trazer severas dúvidas com relação àqueles que defendem uma unidade da esquerda sem a liderança de Lula ou do PT. Ou ainda com aqueles que defendem que o partido ou Lula devem se antecipar e desistir da única candidatura que seria capaz de vencer as eleições no primeiro turno.

Primeiro porque a unidade deve ser vista com os olhos de se avançar no sentido da hegemonia, ao menos naquilo que os clássicos teóricos da esquerda ensinaram. Assim, como construir unidade e obter hegemonia abrindo mão da maior força política e social já construída pela esquerda brasileira em sua história?

Essa mesma pergunta se aplica para a questão da antecipação de Lula ou do PT ao processo de definição da cabeça de chapa petista antes da decisão sobre a elegibilidade do ex-presidente. É interesse da elite

nacional e da mídia que o PT indique outro nome antes que o STF precise passar pela vergonha de impedir Lula de disputar as eleições.

Essa seção costumeiramente analisa as táticas e estratégias dos movimentos sociais e, portanto, tem o compromisso de se atentar aos discursos e avaliações das principais lideranças especialmente dos maiores movimentos. É interessantíssimo como não há nenhuma grande liderança social ou sindical, com grande responsabilidade de representação, que defenda essa sandice do “plano B”.

Assim, talvez a principal conclusão a que possamos chegar nessa quadra histórica é que o PT e Lula centraram fogo numa estratégia que ouve as suas bases. Especialmente porque, mesmo depois de cem dias preso, Lula não caiu em nenhuma pesquisa de intenção de voto, chegando inclusive a crescer em alguns casos. Esse talvez seja o grito de indignação que tantos afirmam não existir.

A última pesquisa Vox Populi, publicada em 26 de julho, aponta que as pessoas acreditam ainda mais que: Lula é o melhor presidente que o Brasil já teve; a admiração popular por Lula aumenta, e que nos treze anos de governo do PT, com Lula e Dilma, a vida das pessoas melhorou. Os números inclusive aumentam no sentido de um maior entendimento do grande público com relação à sensação de perseguição do Poder Judiciário contra Lula.

Todas essas questões podem ser centralizadas na seguinte conclusão: toda a conjuntura política do Brasil passa por Lula. O fim do golpe precisa ter esse elemento em conta, sob pena de efetivarmos mais um processo eleitoral que deixe de fora a classe trabalhadora e construa um Estado voltado para o interesse das elites.

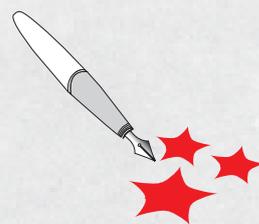


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 26 de julho de 2018.

BOLETIM DE
**ANÁLISE DA
CONJUNTURA**



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br